

DENISE ROTHENBURG (Com Eduarda Esposito)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

PSDB impõe condição para fusão

Considerada a noiva da vez para reforçar posições de partidos ao centro, o PSDB já estabeleceu as condições para se juntar ao MDB, de Baleia Rossi, ou ao PSD, de Gilberto Kassab. “A condição é ter candidatura própria à Presidência da República”, diz o presidente tucano, Marconi Perillo, à coluna.

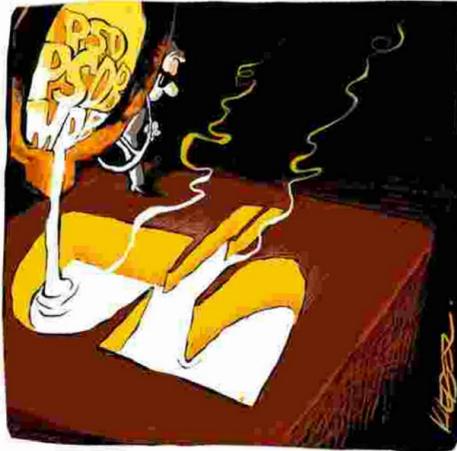
Em outras palavras: isso significará o afastamento do governo Lula, seja do PSD, seja do MDB. Quem oferecer melhores condições de distanciamento, tem mais chances de ter o PSDB numa incorporação e/ou fusão.

Os tucanos eram os adversários históricos do petismo até o surgimento do bolsonarismo. Agora, com a ala mais bolsonarista empurrada para a extrema-direita, o PSDB vê chances de montar um programa para o país e, a partir daí, reforçar alguma estrutura partidária mais ao centro para tentar retomar esse posto de adversário de Lula e do PT, em 2026.

» » »

A ideia dos tucanos é definir tudo ainda em fevereiro. As conversas nos bastidores começaram logo depois das eleições municipais e, agora, chegou o momento de afunilar. Perillo planeja se reunir com Kassab e com Rossi, no final do mês. É a política nos primeiros acordos para a eleição presidencial.

E, nesse cenário, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva que se cuida. Pelo visto, mesmo com reforma ministerial, vai ser difícil manter todos juntos daqui a um ano e meio.



CURTIDAS



E o Ibaneis, hein?/ O MDB trata a posição do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (foto), de distanciamento do governo Lula e defesa da candidatura do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, ao Planalto, como um tema para 2026. Uma ala do partido viu a entrevista do governador à Revista *Veja* como uma tentativa de segurar uma das vagas ao Senado da parte do bolsonarismo.

Juntos e misturados I/ Os líderes do PT, Odair Cunha (MG); do MDB, Isnaldo Bulhões (AL); do PP, Doutor Luizinho (RJ); e do PSB, Gervásio Maia (PB), reuniram-se ao futuro presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), na festa promovida pelo deputado Mersinho Lucena (PP-PB), em João Pessoa.

Juntos e misturados II/ O clima festivo tem se mantido nas conversas de bastidor. Pelo menos até aqui, o ambiente entre Motta e os líderes partidários é ótimo. E indica que não há espaço para surpresas na reta final.

Atenção, gaúchos/ O meteorologista Mozar Salvador, do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), acredita que neste ano dificilmente haverá uma catástrofe no nível da que ocorreu no Rio Grande do Sul, em 2024. “As enchentes de maio passado não têm precedente na história. Mas isso não quer dizer que o estado esteja livre de eventos climáticos extremos, com graves consequências este ano”, alerta.

As chances de cada um

Até aqui, o PSD tem uma candidatura à Presidência da República colocada sobre o tabuleiro — o governador do Paraná, Ratinho Júnior. O MDB, não. E a contar pela disposição de Baleia Rossi, esse tema só será tratado a partir do segundo semestre deste ano e discutido em 2026. Logo, quem está mais próximo de fechar um acordo com o PSDB, dadas as condições, é o PSD.

Sem passaporte

O ex-presidente Jair Bolsonaro tem garantido, nas redes sociais, que estará na posse de Donald Trump, dia 20. Mas é bom se preparar para desfazer a mala, se já estiver montadinha. Nos bastidores do Supremo Tribunal Federal, comenta-se que a chance de ele reaver o passaporte e comparecer à cerimônia, em Washington, é percentualmente próxima de zero.

A pedra no sapato de Lula

A presença de expoentes do PT no encontro do Foro de São Paulo na Venezuela, com apoio explícito a Nicolás Maduro, enfraquece a posição de Lula como interlocutor da democracia na América Latina no cenário internacional. Por mais que o presidente tenha mantido distância da posse do ditador, o fato de ser presidente de honra de um PT que apoia o venezuelano tende a colocar em risco o projeto de se apresentar como pacificador do continente. Terá que se explicar aos líderes mundo afora.

Vai doer no bolso...

Daqui a pouco, terminam as férias e chegam... as contas. E nada está tranquilo. O administrador Marcelo Souza, CEO da Mugo Hub, afirma que a inflação acima do teto da meta vai pesar no bolso das famílias. “Esse cenário força a fazer escolhas difíceis, como reduzir o consumo de carne, comprar opções mais baratas ou, até mesmo, cortar itens de lazer e educação. Além disso, afeta a capacidade de planejamento financeiro. Por causa dos preços imprevisíveis, economizar para o futuro ou investir se torna um desafio”, adverte. Melhor se prevenir.

... do pequeno também

Marcelo Souza alerta, ainda, para o reflexo inflacionário nos pequenos negócios. “O impacto é mais severo: aumento dos custos operacionais e redução do consumo ameaçam a sustentabilidade de muitos negócios”, explica. E enfatiza: “A inflação não é apenas um número. Reflete questões estruturais, como a dependência de commodities, instabilidades políticas e desafios na condução da política monetária”.

PODER / TCU autoriza retomada da seleção da Secretaria de Comunicação da Presidência para a contratação de empresas de assessoria e de gestão de redes sociais do governo Lula. Decisão ocorre em meio à troca de comando na Secom

Aval à licitação de R\$ 197 milhões

» ISRAEL MEDEIROS

O Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou, na quinta-feira, uma licitação de R\$ 197,7 milhões da Secretaria de Comunicação Social (Secom) que busca contratar empresas para cuidar da comunicação digital do governo. A decisão se dá no meio da transição de comando na pasta: Paulo Pimenta, atual ministro, está de saída para dar lugar ao publicitário Sidônio Palmeira, marqueteiro da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2022.

A concorrência lançada pelo Executivo federal foi publicada em 16 de janeiro de 2024 e está perto de completar um ano. O objetivo era contratar quatro empresas para prestar serviços de comunicação digital pelo prazo de 12 meses. A data prevista para a realização da concorrência era 6 de março do ano passado.

Entre as atividades previstas, estava a prospecção, o planejamento, o desenvolvimento e a implantação de soluções de comunicação digital; a moderação

de conteúdo e de perfis em redes sociais e a estratégia de comunicação com base em levantamentos de métricas.

A concorrência estava suspensa desde julho do ano passado por suspeita de vazamento de informações. Na ocasião, um jornalista de um portal de notícias publicou em suas redes sociais informações que indicavam quem seriam os vencedores do certame.

O vazamento se deu um dia antes da sessão de abertura dos invólucros que continham a identificação das propostas. Depois disso, duas das empresas que participavam do processo, a Moringa e a Área Comunicação, foram desclassificadas.

O TCU foi acionado por congressistas de oposição para averiguar se havia irregularidades e para suspender a licitação até uma decisão definitiva sobre o assunto. A petição foi assinada pelos deputados federais Zucco (PL-RS), Adriana Ventura (Novo-SP), Gilson Marques (Novo-SC) e Marcel van Hattem (Novo-RS). Também assinaram os senadores

José Cruz/Agência Brasil



A licitação estava suspensa desde julho de 2024. Na época, Pimenta negou irregularidades

Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Rogério Marinho (PL-RN) e Eduardo Girão (Novo-CE).

Na época, o ministro Paulo

Pimenta negou irregularidades. No processo, a Secom argumentou, entre outras coisas, que não poderia ficar sem comunicação

digital, que não houve violação de sigilo das propostas e que a publicação das informações pelo jornalista (tratava-se de um

anagrama com as iniciais das supostas empresas vencedoras) não era uma prova de quebra de sigilo.

“Apesar da gravidade dos fatos narrados nesta representação, não foram coligidos aos autos elementos que minimamente sustentassem a ocorrência do suposto ilícito, o que impede, a meu ver, o encaminhamento ao órgão policial de meras ilações ou suposições”, escreveu em sua decisão o ministro Aroldo Cedraz, do TCU.

Ele também respondeu às críticas feitas pelos congressistas ao mérito do edital. Segundo Cedraz, essas questões não deveriam ser consideradas em sua decisão porque jamais foram o objeto da representação.

“Por fim, destaco que não há óbices a que a Secom-PR promova a contratação do serviço objeto da licitação em apreço, aproveitando-se os atos praticados no certame precedente, a seu juízo e no que couber, haja vista a improcedência desta representação e a não identificação de outras irregularidades”, concluiu Cedraz em sua decisão.

BLOQUEIO DE EMENDAS

Impactos em ONGs ligadas a universidades

O bloqueio de emendas parlamentares a organizações não governamentais (ONGs) que não cumpriram critérios de transparência definidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) afetou entidades ligadas a diversas universidades federais pelo país. Em Brasília, a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), da Universidade de Brasília (UnB), foi uma das organizações que teve

repasses suspensos.

“Providências internas já foram adotadas para ampliar as informações e dados quantitativos e qualitativos divulgados em seu site sobre a execução de recursos de emendas parlamentares, em aderência às diretrizes constantes da decisão proferida na ADPF 854-STF, reafirmando o compromisso desta Fundação em atuar de forma cada vez mais transparente

e assertiva no cumprimento de sua missão institucional”, disse a Finatec em nota publicada na última terça-feira.

Além de suspender os repasses, o ministro Flávio Dino, do STF, havia determinado que as organizações fora dos padrões que constavam num relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) fossem inscritas no Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas

(Cepim) e no Cadastro de Empresas Inidôneas Suspensas (Ceis).

As organizações que já se movimentaram para cumprir os requisitos — o STF determinou que as ONGs divulguem os dados do dinheiro das emendas em seus sites — acionaram a Corte para pedir o desbloqueio dos recursos e a reversão das punições administrativas.

Desde a última quarta-feira, Dino proferiu decisões em

resposta às petições das ONGs que acionaram o Supremo. A última foi emitida ontem. Em todas elas, determinou à CGU que verifique se as entidades, de fato, cumpriram as regras determinadas pelo tribunal no prazo de 15 dias corridos.

Na lista de entidades que constam nas decisões estão organizações ligadas à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, à Universidade Federal Fluminense (UFF), à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e à Universidade Federal de Goiás (UFG). A Finatec, ligada

à Universidade de Brasília, não peticionou ao STF.

Há, ainda, um novo pedido apresentado, ontem, pela Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec), que compõe a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Outras ONGs não vinculadas a entidades de ensino também solicitaram a revisão.

A determinação de punições e a suspensão de repasses a ONGs em 3 de janeiro foi mais um capítulo do impasse envolvendo o Supremo Tribunal Federal, o Congresso e o Executivo. (IM)